

Sessão 12

Direito Ambiental, Internacional e novas tecnologias

102

A PRESENÇA HUMANA EM PARQUE NACIONAL: UMA ABORDAGEM SÓCIO - JURÍDICA E AMBIENTAL DO CONFLITO ENTRE REMANESCENTES DO QUILOMBO SÃO ROQUE - MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC - MAMPITUBA/SC E O PODER PÚBLICO. *Louvani de Fatima Sebastião da Silva, Aldo Fernando Assunção (orient.) (UNESC).*

O estudo visa relacionar o direito formal, da Constituição Federal de 1988, com o direito real das populações tradicionais remanescentes de quilombos em permanecer usando e ocupando as terras que ali habitavam quando da criação e instalação das Unidades de Conservação -UC - categoria de Proteção Integral - PI - Parque Nacional - PN, uma vez que, nestes territórios especialmente protegidos não é permitida a presença humana. A pesquisa executar-se-á na comunidade São Roque, Municípios de Praia Grande/SC, que tradicionalmente iniciou a ocupação do território, no Século XIX. Com a “entrada do Parque” Nacional Aparados da Serra instaurou-se um intenso conflito fundiário, notadamente, para a comunidade de remanescentes de quilombo, residente naquela área. O objetivo geral da pesquisa é analisar os princípios constitucionais e normas infraconstitucionais que possibilite a construção de uma argüição que assegure a presença de populações remanescentes de quilombos em UC - PI- PN. Trata-se de pesquisa qualitativa de estudo de caso, a qual os dados e informações serão coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos remanescentes e representantes do Poder Público. Far-se-á visita a campo, levantamento fotográfico, consultas aos documentos públicos, doutrina e legislações pertinentes. A amostra dos entrevistados será definida oportunamente e, os dados e informações serão analisados e interpretados à luz das perspectivas Antropológica, Sociológica, Ecológicas, Direitos Fundamentais e Humanos. A partir dos resultados, pretende-se verificar quais são os mecanismos que garantem a harmonia entre quilombola e meio ambiente, e quais os conflitos existentes. Por derradeiro, estruturar-se-á dados e informações coletadas, a fim de contribuir com o processo e defesa dos direitos dessas populações tradicionais.